



A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL: UMA REVISÃO DE LITERATURA

LA ELUCIÓN DE LA EDUCACIÓN DE JÓVENES Y ADULTOS DESDE LA PERSPECTIVA DE LA EDUCACIÓN AMBIENTAL: UNA REVISIÓN DE LA LITERATURA

NASCIMENTO, Júlio Mateus de Melo ¹

FERNANDES, Andréia Castiglia ²

Resumo: Este artigo aborda a importância da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e da Educação Ambiental (EA) no contexto educacional. O problema identificado reside na necessidade de sensibilizar e engajar jovens e adultos em questões ambientais, superando a compreensão meramente racional para promover o amor e o cuidado pelo meio ambiente. Os objetivos deste estudo são destacar o papel da Educação Ambiental na formação de cidadãos conscientes e promover uma compreensão mais profunda do ambiente. A pesquisa se baseia na percepção de que a educação ambiental é essencial para abordar questões críticas de sustentabilidade e preservação. A metodologia escolhida para o presente trabalho é a revisão de literatura. As considerações finais destacam que a escola desempenha um papel fundamental na formação da cidadania crítica e responsável, capacitando indivíduos a enfrentar desafios ambientais. A Educação Ambiental não deve ser restrita ao ambiente escolar, mas se expandir para a sociedade em busca de qualidade de vida. Os elementos-chave incluem o cultivo de afeto e respeito pela vida, a compreensão do meio ambiente e a promoção de atitudes sustentáveis. Em conclusão, este estudo enfatiza a importância da EJA integrar a EA como um componente essencial de sua abordagem pedagógica, promovendo uma visão mais abrangente do mundo e capacitando os aprendizes a serem agentes de mudança em prol de uma sociedade sustentável e da preservação do meio ambiente.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e Adultos (EJA). Educação Ambiental. Educação Popular.

¹ Mestre em Ensino de Ciências e Matemática. Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidad Evangélica del Paraguay - UEP. E-mail: julio_mateus18_nascimento@hotmail.com

² Doutora em Educação Ambiental. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Educação da Universidad Evangélica del Paraguay - UEP. E-mail: andreia@looz.com.br

Resumen: Este artículo aborda la importancia de la Educación de Jóvenes y Adultos (EJA) y de la Educación Ambiental (EA) en el contexto educativo. El problema identificado radica en la necesidad de sensibilizar y comprometer a jóvenes y adultos en cuestiones ambientales, superando la comprensión meramente racional para fomentar el amor y el cuidado del medio ambiente. Los objetivos de este estudio son resaltar el papel de la Educación Ambiental en la formación de ciudadanos conscientes y promover una comprensión más profunda del entorno. La investigación se basa en la percepción de que la educación ambiental es esencial para abordar cuestiones críticas de sostenibilidad y preservación. La metodología elegida para este trabajo es la revisión de literatura. Las consideraciones finales destacan que la escuela desempeña un papel fundamental en la formación de la ciudadanía crítica y responsable, capacitando a las personas para enfrentar desafíos ambientales. La Educación Ambiental no debe estar limitada al entorno escolar, sino que debe expandirse a la sociedad en busca de una mejor calidad de vida. Los elementos clave incluyen el cultivo del afecto y el respeto por la vida, la comprensión del entorno y la promoción de actitudes sostenibles. En conclusión, este estudio enfatiza la importancia de que la EJA integre la EA como un componente esencial de su enfoque pedagógico, fomentando una visión más amplia del mundo y capacitando a los estudiantes para ser agentes de cambio en favor de una sociedad sostenible y de la preservación del medio ambiente.

Palabras clave: Educación de Jóvenes y Adultos (EJA). Educación Ambiental. Educación Popular.

1 INTRODUÇÃO

No cenário educacional brasileiro, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) desempenha um papel fundamental na promoção da inclusão educacional. No entanto, em um mundo onde as questões ambientais se tornam cada vez mais prementes, é essencial investigar como a EJA tem evoluído para incorporar a Educação Ambiental em suas práticas. Este estudo propõe uma análise abrangente da história da EJA no Brasil, com ênfase na integração da Educação Ambiental em seus programas e práticas, visando entender como essas mudanças têm impactado o acesso, a participação e a conscientização ambiental de jovens e adultos.

O problema central que direciona esta pesquisa reside na necessidade de compreender a trajetória da EJA no Brasil em relação à Educação Ambiental. Como essa modalidade de ensino tem evoluído ao longo do tempo, adaptando-se aos desafios ambientais? Como essas mudanças afetaram o acesso à educação para jovens e adultos que enfrentam barreiras de aprendizado? E de que maneira a Educação Ambiental tem contribuído para a formação de uma consciência crítica em relação às questões ambientais entre esse público?

Para alcançar os objetivos deste estudo, será realizada uma revisão de literatura abrangente e crítica. A metodologia se concentrará na análise de fontes acadêmicas, como artigos de pesquisa, livros, teses e documentos oficiais, que abordam a interseção entre a Educação de Jovens e Adultos e a Educação Ambiental. A escolha da revisão de literatura como método de pesquisa é apropriada, considerando a natureza histórica e documental do tema, permitindo uma análise abrangente e detalhada.

A relevância desta pesquisa reside na sua capacidade de abordar questões cruciais que afetam a educação e o meio ambiente no Brasil. Em um momento em que a conscientização ambiental é vital para a sustentabilidade, compreender como a EJA tem evoluído para incorporar a Educação Ambiental é de importância significativa. Os resultados desta pesquisa podem contribuir para o desenvolvimento de políticas educacionais mais eficazes, promovendo a inclusão educacional e a conscientização ambiental. Além disso, ao preencher uma lacuna na literatura, este estudo fornece uma visão abrangente e crítica da interseção entre a EJA e a Educação Ambiental, com potencial para orientar futuras pesquisas e ações práticas.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Educação de Jovens e Adultos - EJA

Abordaremos o cenário histórico e político da Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil. Aqui visamos entender essa modalidade de ensino, seus desdobramentos, dilemas e desafios na política educacional.

Iniciamos revisitando três movimentos sociais na história do Brasil que os estudiosos nomeiam de: Independência ou Morte; Ordem e Progresso; e Nacional-Desenvolvimentismo.

Esses 03 movimentos possibilitam esclarecer, com os cenários temporais, os contornos da formação histórica de nosso País e conseqüentemente a formação política, econômica e social.

Com base nesse cenário, “pode-se falar em uma história de desigualdade, que foi deixando à margem dos processos culturais, econômicos e sociais, parte significativa que, hoje, são os sujeitos da EJA” (Jardilino; Araújo, 2014, p. 42).

Esses três movimentos estudado e traduzido por cientistas sociais, nos mostra que a situação de nossa história não esteve estático, e que embora as mudanças sociais por vezes foi e é lenta, sempre se cria uma possibilidade de novas e melhores alterações. Ianni (2004) reforça que esses são os três processos históricos da nossa história, em que em todos há uma marca em comum: o desenvolvimento da desigualdade.

Essa observação feita por Ianni (2004) fica clara quando visualizamos cenas isoladas, sendo na época colonial os movimentos de revolta individuais e nativistas, indígenas e escravos. No Brasil Império, o surgimento de movimentos escravocratas. E nas várias repúblicas, mas em especial no século XX, observamos os inúmeros movimentos sociais que buscam superar a herança histórica de desigualdade.

Vale ressaltar que as ideias apresentadas pelo professor Octavio Ianni reforçam que as questões sociais não estão restritas somente ao Brasil. Quando analisamos outros contextos em nossa volta como os latino-americanos nos damos conta de houve também uma exclusão, o que acarretou cenas de desigualdade iguais as nossas.

Wanderley (1997) deixa claro que as questões sociais de hoje em dia na América Latina exigem uma revisitação crítica dos sujeitos e dos processos que construíram a sociedade. O autor ainda nos diz que devemos olhar a atual situação com lentes de retrovisor, pois a mesma guarda traços da busca pela independência.

Podemos observar um start na história no período em que os Jesuítas desembarcaram em terras brasileiras, e estabeleceram o ensino público na colônia. O ato de instruir os índios adultos a ler e escrever despertou um grande interesse entre os sacerdotes, já que a principal finalidade dessa educação era convertê-los ao catolicismo. Para obter sucesso nessa empreitada, os Jesuítas compreenderam a importância de dominar a língua indígena, o tupi. Com esse propósito, eles desenvolveram um material educativo específico, com o intuito de sistematizar o ensino e facilitar a comunicação entre os professores e seus alunos (Albuquerque; Souza, 2013).

Posteriormente, com a chegada dos escravos, alguns deles também foram instruídos e catequizados pelos religiosos. No entanto, apenas um número reduzido de mulheres teve acesso a essas experiências educacionais. A atuação educacional dos Jesuítas era limitada ao ensino da alfabetização, uma vez que o governo

português não permitia a criação de universidades nas colônias. A educação superior era reservada a pequenos grupos da nobreza.

No século XIX, o processo de escolarização deveria abranger as chamadas "classes baixas" da sociedade, o que levou à implementação de políticas educacionais específicas para jovens e adultos. Esse ensino para essa faixa etária tem o caráter de ato beneficente que clama pela erradicação do analfabetismo enquanto os professores não recebem pelo seu trabalho. Ou seja, como afirmam Galvão e Soares (2006, p. 53), "Qualquer pessoa com 'bondade', 'paciência' e 'espírito missionário' pode ser alfabetizador."

Em relação à organização curricular era diferenciado para ambos os sexos, tendo uma finalidade prática, seja para desempenhar afazeres do lar ou para ordeira o indivíduo à civilização.

O período republicano no Brasil foi caracterizado por altos índices de analfabetismo, o que significa que a maioria da população não tinha acesso à educação. Isso se devia tanto à falta de vagas disponíveis para a clientela adulta, quanto ao funcionamento ineficiente do sistema educacional. Nessa época, ainda prevalecia o sistema dualista, no qual aqueles com condições financeiras favoráveis frequentavam universidades, enquanto aqueles menos favorecidos buscavam meios mais imediatos de educação, como cursos profissionalizantes, visando competir no mercado de trabalho.

Podemos ver que a educação de adultos naquela época não foi efetivamente implementada.

Mas voltemo-nos os olhos para a história de nosso País e mais especificamente para o século XX e nas cenas dos movimentos nacional-desenvolvimentista, para falarmos das questões de desigualdade e da forma que isso atinge o processo de formação do homem, portanto, na Educação. O período está moldado em uma ideia: recriar o País e torna-lo moderno, afim de conseguir dialogar com o mundo. Assim podemos dizer que existia uma árdua tarefa de recivilizar o País e de modernidade ou modernização.

Nosso ponto de partida dar-se-á no ano de 1930, com a queda das oligarquias³ que eram predominantes nos períodos anteriores, até mesmo em parte da Primeira República que iria até o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918).

³ Pequeno grupo de interesse ou lobby que controla as políticas sociais e econômicas em benefício de interesses próprios

Até os anos de 1920, o Brasil está eufórico com a prosperidade aparente na economia e política, também com as questões de aceleração urbana, o que dava a sensação que os ideais republicanos estavam levando o Brasil para rumo a construção de uma nação de fato.

Sodré (1973) nos lembra do alto crescimento populacional nos períodos de 1900 a 1930, em que houve um salto de 14 para 30 milhões de habitantes em nosso país. A exportação de borracha e café seguia cada dia melhor, ampliando a rede econômica. O café ampliaria o mercado interno, favorecendo o desenvolvimento ferroviário, alavancando as redes bancárias e ajudando no crescimento industrial. A mão de obra é bastante abundante, o que gera trabalho no campo e na cidade, porém segue não havendo desenvolvimento social, pois os lucros do crescimento da produção ficam detidos nas mãos das mesmas oligarquias, não havendo desenvolvimento social.

A partir da política de concentração e com o surgimento de uma nova classe em nosso País, a classe dos operários, começa a haver desequilíbrio, e fazendo aparecer os primeiros conflitos entre capital e trabalho na república que era tão promissora.

No ano de 1917, surge as primeiras greves de trabalhadores em resistência à política de alta concentração de renda.

“São movimentos motivados por novos sujeitos que surgem no cenário social do Brasil, os operários imigrantes, esses embalados por movimentos de organizações de trabalhadores anarquistas na Europa” (Jardilino; Araújo, 2014, p. 46).

Percebemos até aqui que a formação de uma nova classe social excluída dos benefícios do desenvolvimento econômico que a república idealizava. Jardilino e Araújo (2014) nos lembra que se as oligarquias agrárias estão em crise, elas reaparecerão na cena política repaginadas na fase industrial. Assim começamos a década de 30 com um aumento considerável da população, o que significa que essas pessoas estão postas à margem do desenvolvimento, o que confirma a ideia de que desenvolvimento econômico não significa desenvolvimento social.

Se houve a intenção da formação social do Brasil, através a ideia de construção da nação, por outro lado houve uma obsessão pela desigualdade social ou por pelo menos, pouco investimento político para que ocorresse a diminuição da mesma.

A sociedade brasileira, na Primeira Republica, tem sido definida, simplesmente, como um organismo social em que predominam os interesses do setor agrário-exportador, voltado para a produção de café, representado pela burguesia paulista e parte da burguesia mineira. [...]. Reflexo e ao mesmo tempo parte constitutiva de um conjunto de transformações que ocorrem na sociedade brasileira. [...] as modificações que se verificam no período são o resultado de um processo cumulativo que se configura ao longo de trinta anos e desemboca em condições peculiares - nacionais e internacionais - no movimento revolucionário (Fausto, 1980, p. 227).

O Período que conhecemos como Era Vargas traz uma análise difícil de ser feita mediante contradições entre os assuntos políticos e sociais. Se por um lado a revolução de 30, lança Vargas no poder por resultado de rebeliões da classe média, mas também há frutos de fissuras das oligarquias. Esse quadro possibilita a criação de diversos ideais, focados em dois polos: um tradicional, oriundo de quem está no poder e outro que vem dos desejos de grandes mudanças. Mas nesse cabo de guerra de forças políticas, as classes operárias estavam ausentes.

A intensa movimentação de vários setores e grupos emergentes da República, imprimiam um clima de mudança e pressionavam para que de fato as mesmas ocorressem. Como pode-se perceber, a educação oferecida aos amplos segmentos desfavorecidos no País tem sido resultado de confrontos ideológicos.

Por isso Jardimino e Araújo (2014) reforçam a ideia de que, trazer essas questões à tona, colocando o contexto histórico e político numa lupa, para maximizar a compreensão, vai de encontro a ideia de que todos nós, sujeitos da EJA (professores, alunos e pesquisadores), devemos ter a questão educacional da Educação de Jovens e Adultos é relevante e urgente, pois a mesma trata-se de uma educação destinada aos setores excluídos dos bens sociais e que compreendê-las é uma tarefa de todos que lutam politicamente por sua melhoria.

Após extensas leituras e estudos sobre a Educação de Jovens e Adultos no Brasil, considerando que há mais de quatro séculos de experiências e esforços nessa área, a educação, e levando em conta que uma parcela considerável desses registros e informações se perdeu ao longo do tempo devido à má conservação ou falta de armazenamento adequado por parte das gerações passadas, podemos afirmar que os historiadores enfrentaram um desafio árduo. No entanto, os vestígios encontrados são suficientes para compreendermos como chegamos à situação atual, permitindo-nos problematizar o ensino de jovens e adultos em nosso país, ou seja, compreender a persistência do analfabetismo na sociedade brasileira.

Durante essas pesquisas, foram identificadas diversas experiências educativas, tanto formais quanto não formais. Algumas delas tinham como objetivo doutrinar e disciplinar, enquanto outras visavam domesticar e pacificar para o trabalho escravo, e ainda havia aquelas voltadas para a conquista de direitos civis. Essas práticas educativas são produtos da ação humana, impregnadas de interesses por parte dos educadores, e a responsabilidade pela sua eficácia não está vinculada ao tipo de prática em si. O que determina sua responsabilidade, no sentido de cumprir seu papel de promover a cidadania, é a qualidade ética da prática educativa. Em outras palavras, conforme Freire (2007) afirma, "ser responsável no desenvolvimento de qualquer prática implica, por um lado, cumprir deveres e, por outro, exercer direitos."

Durante as primeiras décadas do século XX, surgiram diversas propostas de reforma educacional voltadas para a erradicação do analfabetismo adulto. As propostas incluíam reorganizar as escolas noturnas, mudar o conteúdo educacional, criar programas educacionais complementares e cursos especializados. A eliminação do analfabetismo tornou-se uma meta importante no Brasil, mas, ao mesmo tempo, as elites temiam perder o controle dessas populações recém-alfabetizadas.

Dessa forma, o ensino tornou-se meramente um ato mecânico de "depositar" palavras, sílabas e letras nos indivíduos em processo de alfabetização, conforme descreve Freire (1976, p. 13). Com o advento do processo de industrialização, diversas mudanças foram introduzidas no sistema educacional, uma vez que era preciso preparar mão de obra qualificada para operar as máquinas e atender às demandas da indústria.

Nessa época, foram implementados diversos cursos práticos e exames supletivos, visando capacitar um grande número de pessoas em um curto período de tempo. Essa abordagem educacional tinha como principal foco a qualificação da mão de obra para o mercado de trabalho e para os serviços, bem como a formação profissional em nível técnico. No entanto, essa ênfase na educação profissional acabou deixando de lado uma formação que promovesse a conscientização e emancipação dos indivíduos.

A partir da década de 1940, as primeiras campanhas de alfabetização em grande escala aconteceram em nível nacional. Essas campanhas incluem a Campanha de Educação de Jovens e Adultos (CEAA), a Campanha Nacional de Educação do Campo (CNER) e a Campanha Nacional de Alfabetização (CNEA). O

objetivo do CEAA era erradicar o analfabetismo em um curto período de tempo, mas não investiu o suficiente na formação de alfabetizadores, o que acabou levando ao seu fracasso e posterior substituição pelo CNER. Estas últimas concentram-se principalmente nas áreas rurais, onde as taxas de analfabetismo são mais altas e as políticas de alfabetização são mais fracas.

Devido aos resultados insatisfatórios da última campanha de alfabetização, surgiu a campanha nacional de alfabetização, cujo objetivo é melhorar as condições de vida dos grupos desfavorecidos e promover o desenvolvimento económico e social do país. No entanto, as ações do movimento não conseguiram promover grandes mudanças no sistema educacional, pois o ensino continua superficial e não leva em consideração as necessidades e circunstâncias dos adultos urbanos e rurais. Com isso, as escolas acabam ficando cada vez mais distantes da realidade dos alunos adultos.

Consequentemente, as três campanhas nacionais - CEAA, CNER e CNEA - voltadas para a alfabetização de adultos não foram completamente bem-sucedidas, uma vez que priorizavam uma abordagem educacional com objetivos puramente quantitativos. Essas campanhas não se adaptaram à nova abordagem de educação para adultos que surgiu com os movimentos de educação popular, os quais enfatizavam a participação ativa da comunidade.

Durante as décadas de 1950 e 1960, surgiram movimentos dedicados à educação de massa, promovendo abordagens inclusivas e participativas para as massas. Esses movimentos foram inspirados pelas ideias de Paulo Freire para a educação emancipatória. Para tanto, foi mobilizado um amplo leque de pessoas, entre estudantes, artistas, intelectuais e membros da Igreja Católica. Cada um contribui de maneira única para transformar realidades educacionais por meio de expressões artísticas como música, teatro, rádio e muito mais. Esses esforços visavam combater a exclusão política que na época afetava mais de 50% da população brasileira devido ao analfabetismo.

Citaremos algumas dessas mobilizações, a saber: MEB (Movimento pela Educação Básica); MCP (Movimento pela Cultura de Massa); CPC (Centro de Cultura Popular); CEPLAR (Movimento pela Educação de Massa); aguarde.

A reflexão e a ação que emergem dos movimentos educativos populares podem, então, levar a uma mudança no conceito de letramento, que antes visava generalizar a leitura nos atos de soletrar e escrever, e no ato mecânico de copiar.

Por meio dessas mobilizações, passaram a pensar o conjunto de competências que precisam ser dominadas na alfabetização com foco na leitura de mundo dos alunos da EJA, ou seja, uma aprendizagem significativa tanto para os alunos quanto para as alunas, conforme indica Gadotti (2005) "Aprender e ensinar com sentido é aprender e ensinar com um sonho. A pedagogia é o guia para a realização desse sonho."

Algum tempo depois, houve o golpe militar de 1964, muitos movimentos e movimentos foram interrompidos e desmobilizados, destruíram ferramentas de trabalho, registros e anotações, prenderam fundadores e ativistas de movimentos educacionais, considerados subversivos, e também eles perturbaram a ordem. Muitos deles foram torturados, exilados ou mortos porque, segundo o regime, foram ameaçados de alguma forma se continuassem a trabalhar na educação.

À medida que os militares tomavam o poder, nos primeiros anos de funcionamento, não demonstravam interesse em dar continuidade ao trabalho iniciado por Freire e outros educadores, ensinando adultos a ler e escrever, o que, para adultos analfabetos, basta saber o "nome da pintura". Criou-se um grande número de analfabetos funcionais. Percebendo a necessidade de erradicar o analfabetismo, ou pelo menos reduzir o alto índice de analfabetismo, lançaram a Cruzada ABC (Cruzada de Ação Básica Cristã), que era um movimento conservador e, portanto, não atendia às necessidades atuais da população. Em conexão com esta iniciativa, eles criaram o MOBRAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização). Como seus antecessores, este foi imediato, pois seu foco permaneceu na redução do analfabetismo no tempo. A campanha, planejada para erradicar o analfabetismo em 10 anos, já dura 15 anos em nosso país, fazendo apenas mudanças superficiais no campo da educação de jovens e adultos.

Mesmo com a abordagem de alfabetização de Paulo Freire, ela é muito diferente porque não tem o mesmo conteúdo político e ideológico que liberta o sujeito, apresenta a realidade ao indivíduo e orienta a motivação. Os métodos usados pelo MOBRAL têm a ver com dominar e manipular as ideologias mesmo em tempos de ditadura e aprender os códigos do alfabeto, decodificar, aceitar. Dessa forma, o MOBRAL foi mais uma campanha de alfabetização de adultos que não deu certo ou até sumiu.

Com a mudança do cenário político em nosso país, ou seja, a queda da ditadura e a redemocratização do país, a tendência é de novas ações não só no campo da

educação, mas também em outras esferas da sociedade. Assim, criaram a Fundação Educar, que é vinculada ao Ministério da Educação e atua como fiscalizadora, fiscalizando as atividades e trabalhos da secretaria e de outras instituições de ensino, com o objetivo de verificar a disponibilidade de recursos. Fornecidos pelo governo, eles são bem empregados. Logo a medida foi revertida e o governo não conseguiu uma mobilização massiva para combater o analfabetismo entre jovens e adultos brasileiros.

Quando a nova Constituição Federal de 1988 estabeleceu o direito à educação formal para todos os excluídos do processo de ensino, experiências de formação e orientação se desenvolveram em diversos espaços fora das escolas como: ONGs (Organizações Não Governamentais), movimentos sociais e universidades. Um dos movimentos mais visíveis desse período foi o MOVA (Movimento pela Alfabetização), que envolveu o poder público e a sociedade civil em um processo de formação de analfabetos a partir da educação de massa.

Há muitos anos o governo federal não tinha uma política pública de alfabetização de jovens e adultos, mas agora tem o PAS (Plano de Alfabetização Universal). A implementação do plano conta não só com o apoio do governo federal, mas também com a ajuda de empresas, prefeituras e universidades.

Devemos ver que o surgimento do PAS surgiu no contexto da política neoliberal, ou seja, com os interesses do setor privado. O programa tem recebido inúmeras críticas de educadores e pesquisadores da área pela forma como reforça imagens depreciativas dos analfabetos como sujeitos incapazes, sem instrução, vazios, passivos etc.

Além do treinamento acelerado de alfabetizadores e alfabetizados durante um período de 5 meses, as salas de aula foram desmanteladas. A educação brasileira é fraca em habilidades de leitura e matemática e, apesar de um programa do governo federal conceder às famílias que mantêm as crianças na escola por mais tempo, a qualidade do ensino continua baixa. Nesse contexto, o MEC criou o programa Brasileiro Alfabetizado em 2003 para incentivar a educação como um direito de todos em qualquer fase da vida. Nos anos seguintes, outras ações de política nacional foram desenvolvidas voltadas para esses jovens e adultos que tiveram a escolaridade negada em algum momento de suas vidas.

O objetivo dessas ações é promover a inclusão social e visar à cidadania. Exemplos dessas intervenções incluem: Programa Nacional de Inclusão Juvenil

(PROJOVEM), PROJOVEM URBANO, PROJOVEM CAMPO e Programa Nacional de Educação do Campo (PRONACAMPO). Esses programas foram criados para oferecer oportunidades para aqueles que foram excluídos do processo de escolarização, que por algum motivo não frequentaram a escola regularmente ou não concluíram o ensino fundamental.

Em 2010, o Brasil realizou um importante evento de mobilização nacional e internacional sobre educação de adultos, a VI CONFITEA (Conferência Internacional de Educação de Adultos), em Belém do Pará. Seu tema, “Viver e Aprender para um Futuro Viável: O Poder da Aprendizagem e da Educação de Adultos”, visa fortalecer as discussões internas sobre esse modelo para melhorar a qualidade dessa educação. Mesmo que validemos diversos projetos, discussões e debates para alfabetizar e orientar adultos não alfabetizados, devemos nos perguntar se essas iniciativas levam em conta toda a diversidade de alunos existentes: indígenas, imigrantes, agricultores, etc.

Esses são alguns dos desafios e por tudo isso é que a EJA visa a efetivação de uma aprendizagem contínua, que aconteça ao longo da vida.

Como alternativa à educação regular, o sistema educacional brasileiro oferece a modalidade da Educação de Jovens e Adultos - EJA, na qual a idade mínima para o ingresso é de 17 anos, em caso de não haver vagas em escolas com ensino regular no turno da noite, havendo vaga e o aluno deseja passar do ensino regular para a EJA o mesmo precisa esperar completar os 18 anos de idade.

Os estudantes podem cursar o ensino fundamental em um período de dois anos (cada ano escolar por semestre) e o ensino médio em um ano e meio, tendo a possibilidade de optar em cursar na modalidade presencial ou à distância, quando oferecida. “Vale lembrar que a Educação a Distância (EAD) é uma modalidade educacional que vem a cada dia que passa crescendo em nosso país e que tem sido pensada como uma boa alternativa não só para graduação e pós-graduação, mas também para a EJA” (Coura; Araújo, 2010, p. 1).

Com estas propostas, as pessoas que não tiveram a oportunidade de concluírem a educação básica de maneira regular, podem assim retornar à sala de aula e finalizar os estudos em um tempo mais curto.

Os principais usuários dessa modalidade de ensino são jovens e adultos da classe popular, que não tiveram a oportunidade de permanecer no ensino regular em seu devido tempo ou que nem chegaram a tanto nos estudos, devido às experiências

já vividas - tiveram que escolher entre o trabalho e a escola; entre a sobrevivência e o conhecimento. São sujeitos que depois de muito tempo voltam a estudar pensando em adquirir aquilo que não tiveram; em certos casos, somente obter um diploma visando conseguir um emprego melhor ou até mesmo um emprego.

De fato, diante do aumento da demanda por mão de obra qualificada, a EJA torna-se uma possibilidade de reinserção na escola para indivíduos mais velhos, porém o acesso a este tipo de modalidade de ensino pode induzir sim à evasão de alunos do ensino médio regular para a Educação de Jovens e Adultos (Chaplin, 1999; Lillard, 2001; Sousa; Cunha, 2010), evasão essa que ocorre principalmente entre os alunos mais pobres (Heckman et al., 2012).

Portanto, podemos observar através desse breve ensaio da educação brasileira que a mesma passou por diferentes métodos e práticas pedagógicas, campanhas e movimentos educacionais ao longo do tempo.

Essas variadas formas de instruir e ensinar foram norteadas por interesses políticos, econômicos e ideológicos. E que devido a esses interesses da elite dominante, a nossa educação ficou por muito tempo carente de propostas pedagógicas e políticas comprometidas com a escolarização de todos os cidadãos e mais precisamente no que se refere aos jovens e adultos analfabetos.

Tamanha é a dívida histórica que temos com os não alfabetizados, seja por omissão, pelo despreparo, pela descontextualização da realidade social dos mesmos ou até pelo preconceito, caminhando por muitas vezes, em direção a desistência, a evasão e a exclusão.

2.2 Educação Ambiental na EJA

A Educação de Jovens e Adultos - EJA, tal como qualquer processo educacional, visa tanto transmitir quanto gerar novos conhecimentos, cultivando uma postura crítica e criativa em relação ao acervo de conhecimento acumulado, bem como em relação à realidade socioeconômica, cultural e ambiental que nos cerca. Além disso, busca estabelecer um diálogo profícuo entre os saberes e as experiências que os jovens e adultos já adquiriram e trazem consigo para a sala de aula, como parte de sua bagagem intelectual.

Nesse contexto, é de suma importância a integração da educação ambiental no cotidiano desses indivíduos. Esse enfoque visa introduzir elementos que

contribuam para a sua formação como cidadãos conscientes e defensores do conhecimento acerca das questões ambientais.

A partir dessa visão, é crucial destacar que a Educação Ambiental desempenha um papel estratégico de grande relevância, tanto dentro quanto fora do ambiente escolar. Ela oferece a oportunidade de elaborar projetos que não apenas englobam e unem a comunidade escolar em todas as faixas etárias, mas também permitem a construção de uma conexão, muitas vezes delicada, entre a escola e a comunidade, entre a escola e a realidade ambiental local, e entre a escola e a vida cotidiana.

Conforme observado por Cavalcante (2002), o ato de educar ambientalmente atualmente vai além de sensibilizar a população sobre a questão. Não é suficiente possuir apenas o conhecimento do que é adequado ou inadequado em relação ao meio ambiente. É necessário ir além até mesmo da noção de sensibilização, frequentemente interpretada como compreensão racional. Apenas compreender a importância da natureza não é o bastante para garantir sua preservação. Sensibilizar as pessoas envolve o sentimento de amor, o prazer de cuidar, com a ideia de doação e integração, bem como um senso de pertencimento à natureza.

Conforme argumentado por Ferreira (2008), a educação ambiental se configura como uma modalidade educacional que visa alcançar todos os indivíduos por meio de um processo participativo contínuo, instigando nos aprendizes uma consciência crítica acerca das temáticas ambientais. Essa perspectiva crítica passa a denotar a habilidade de identificar a origem e a progressão dos problemas ambientais.

Dentro desse contexto, é patente a necessidade de transformar a relação humana com a natureza, no sentido de fomentar a harmonização de práticas educativas que promovam uma compreensão mais aprofundada do mundo circundante.

De acordo com Cunha (2005), é imperativo também e, acima de tudo, mobilizar-se, instigar a ação, assimilar tanto a razão quanto a emoção na integração da questão ambiental no dia a dia da nossa atuação, conferindo-lhe prioridade. Isso demanda uma mudança de postura em relação a nós mesmos, engendrando uma nova perspectiva do mundo; uma mudança em relação aos outros e ao ambiente que nos cerca, através de uma ação solidária. Essa transformação encontra espaço em nossa batalha política, como seres inseridos na sociedade, na busca por um novo paradigma social que valorize a harmonia com o ambiente, uma premissa que necessariamente abrange a justiça social, culminando na edificação de uma sociedade ambientalmente

sustentável. O pleno exercício da cidadania, portanto, emerge como uma exigência crucial nesse processo de conscientização (conjugando consciência e ação).

Para que haja uma sensibilização e entendimento da importância do Meio Ambiente é preciso, antes de tudo, que seja dado ao homem uma Educação Ambiental onde o Meio Ambiente passe a ser visto como fundamental para a vida no planeta, e isso só se pode conseguir através de uma Educação Ambiental efetivada desde a mais tenra idade, através das práticas da própria família e posteriormente, enfatizadas na escola. “Precisamos oferecer mais formação” (Dias, 2000).

Nesse contexto, torna-se evidente a importância de a escola, um segmento crucial na formação do indivíduo, empreender esforços substanciais no sentido de desenvolver uma abordagem eficaz junto aos educandos, estendendo essa influência até os demais membros da comunidade escolar.

Diante dessa premissa, a escola se configura como um espaço de ação essencial para esclarecer o propósito da luta ambiental e fortalecer as bases do desenvolvimento da cidadania, embora carregue consigo o peso de uma estrutura antiquada, por vez resistente a contemplar as reflexões pertinentes à dinâmica socioambiental. No entanto, isso não implica que a Educação Ambiental se restrinja ao ambiente escolar. Muito pelo contrário, sua influência expande-se progressivamente para diversos setores sociais empenhados na busca por qualidade de vida.

Diversos elementos são necessários para abarcar todas as dimensões englobadas pela Educação Ambiental: o cultivo de afeto e respeito pela vida, o interesse e a compreensão acerca do meio ambiente, a atitude crítica e a consciência frente aos próprios padrões de comportamento. Um elemento crítico para o sucesso dos programas de Educação Ambiental é a seleção de abordagens adequadas para que cada grupo alcance o nível almejado de sensibilidade ambiental.

Dentro do ambiente escolar, deve-se buscar métodos eficazes para que cada aluno compreenda os fenômenos naturais, as ações humanas e suas repercussões sobre si mesmos, sobre sua espécie, sobre outros seres vivos e sobre o ambiente em geral. É primordial que cada aluno desenvolva suas capacidades e adote atitudes pessoais e comportamentos sociais construtivos, contribuindo para a construção de uma sociedade equitativa em um ambiente saudável.

O cerne dessa iniciativa consistiu na promoção da disseminação de informações e no estímulo de ações, visando proporcionar à comunidade escolar,

especialmente aos educandos jovens e adultos, uma compreensão mais sólida das causas da degradação ambiental. Isso resulta em uma reflexão sobre o engajamento no processo de preservação do ambiente no qual o ser humano passa a maior parte de sua existência.

A instituição escolar desempenha um papel crucial na construção das bases para a formação cidadã crítica e responsável, habilitando os indivíduos a enfrentarem desafios e a romperem os laços de dominação que permeiam as relações entre a sociedade e o meio ambiente.

A escola é um espaço privilegiado de informação, construção e produção de conhecimentos, desenvolvimento da criatividade e possibilidades de aprendizagens diversas, onde os professores devem trabalhar na perspectiva de visões cotidianas, exercendo um papel muito importante no processo de construção de conhecimentos dos alunos, na modificação dos valores e condutas ambientais, de forma contextualizada, crítica e responsável (Reigota, 1998, p. 69).

É nesse cenário que se insere a relevância das reflexões sobre as questões ambientais. A abordagem abrangente da educação ambiental visa reconfigurar os valores que permeiam as interações entre os seres humanos e seu entorno. Um dos propósitos da escola em relação à educação ambiental é apresentar aos alunos, especialmente àqueles que tardiamente ingressam no sistema educacional, novas perspectivas do mundo. Nesse contexto, o processo de ensino-aprendizagem deve se ajustar à realidade que os envolve, facilitando a compreensão dos direitos e responsabilidades de cada cidadão no contexto socioambiental.

Porque não aproveitar a experiência que têm os alunos de viver em áreas descuidadas pelo poder público para discutir, por exemplo, a poluição dos riachos e córregos e os baixos níveis de bem-estar da população, os lixões e os riscos que oferecem a saúde das gentes (Freire, 1996, p.33).

Essa análise destaca que a educação ambiental precisa ser construída pela própria comunidade e fundamentada no reconhecimento dos conhecimentos detidos por seus membros. Para alcançar tal objetivo, o educador deve responder às diversas demandas impostas pelo ambiente educacional e social, especialmente quando se trata de jovens e adultos, cujas personalidades já foram moldadas pelas experiências vividas.

O trabalho com educação ambiental no âmbito da educação de jovens e adultos transcende a mera transmissão de conceitos biológicos. Isso exige a

interdisciplinaridade entre diversas áreas educacionais, em que o educador incorpora valores como respeito mútuo, participação, coletividade e comprometimento às suas atividades.

No cenário atual, após a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) nº 9.394 de 20/12/1996, que introduziu os temas transversais por meio dos Parâmetros Curriculares Nacionais, programas de formação de professores em Educação Ambiental, voltados para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) - denominados como PESSOA - estão sendo implantados com o intuito de oferecer recursos mais amplos para abordar essa temática. É importante ressaltar que a educação ambiental é vista como um processo em constante evolução e adaptação à realidade em curso.

3 CONCLUSÃO

A história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil é marcada por desafios, avanços e retrocessos. Desde os tempos coloniais até os dias atuais, a educação de adultos tem sido fundamental para a inclusão social e o desenvolvimento do país.

Ao longo dos séculos, o Brasil passou por diferentes movimentos sociais, políticos e econômicos que influenciaram a educação de adultos. A desigualdade social foi um tema recorrente, e a educação de adultos se tornou uma ferramenta essencial para combater essa desigualdade.

A história da EJA mostra que, apesar das dificuldades, houve esforços significativos para erradicar o analfabetismo e oferecer oportunidades educacionais aos jovens e adultos. Movimentos como a Campanha de Educação de Jovens e Adultos (CEAA) e a Campanha Nacional de Alfabetização (CNEA) demonstraram a importância de abordagens inclusivas.

No entanto, também enfrentamos desafios significativos, como a influência da ditadura militar e a falta de investimento adequado em educação de adultos. Muitos programas de alfabetização não foram bem-sucedidos devido à falta de abordagens pedagógicas eficazes e à ausência de um compromisso verdadeiro com a educação.

No cenário atual, a Educação de Jovens e Adultos continua sendo uma necessidade urgente. A diversidade de alunos, exige abordagens pedagógicas flexíveis e sensíveis à realidade de cada grupo.

Em um mundo em constante evolução, a Educação de Jovens e Adultos deve ser vista como uma aprendizagem contínua ao longo da vida. A modalidade EJA, tanto presencial quanto à distância, oferece uma oportunidade valiosa para que os jovens e adultos adquiram conhecimento, habilidades e, muitas vezes, um novo começo na vida.

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é um processo educacional fundamental que vai além da simples transmissão de conhecimentos. Ela busca gerar novas compreensões, promovendo uma postura crítica e criativa em relação ao acervo de conhecimento acumulado e à realidade socioeconômica, cultural e ambiental. Nesse contexto, a Educação Ambiental desempenha um papel de grande relevância. Ela visa formar cidadãos conscientes e defensores das questões ambientais, integrando a escola à comunidade e à vida cotidiana.

A abordagem da Educação Ambiental não se limita à sensibilização, mas busca cultivar um profundo amor e comprometimento com o meio ambiente, promovendo um senso de pertencimento à natureza. Além disso, incentiva a consciência crítica, permitindo que as pessoas identifiquem a origem dos problemas ambientais. Transformar a relação humana com a natureza é uma necessidade premente, fomentando práticas educativas que promovam uma compreensão mais profunda do mundo circundante.

A escola desempenha um papel central na formação de cidadãos conscientes e responsáveis. Os professores desempenham um papel crucial na modificação dos valores e condutas ambientais dos alunos, tornando a Educação Ambiental contextualizada, crítica e responsável. É fundamental que a Educação de Jovens e Adultos incorpore os princípios da Educação Ambiental para promover uma compreensão mais sólida das causas da degradação ambiental, fortalecendo a cidadania e a atuação da comunidade escolar em prol de um ambiente saudável.

Nesse sentido, a evolução constante da Educação Ambiental é essencial, adaptando-se à realidade em curso e incorporando valores como respeito mútuo, participação, coletividade e comprometimento. A integração da questão ambiental no cotidiano demanda uma mudança de postura em relação a nós mesmos, aos outros e ao ambiente, em busca de um paradigma social que valorize a harmonia com o ambiente e a justiça social.

NASCIMENTO, J. M. M.; FERNANDES, A. C. A evolução da Educação de Jovens e Adultos da perspectiva da Educação Ambiental: uma revisão de literatura. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, número especial 1, p. 4-23, nov. 2023.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, D. A.; SOUZA, R. F. **História da Educação no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2013.

CAVALCANTE, C. (org.), **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e política**, 4.ed. São Paulo: Cortez; Recife, Fundação Joaquim Nabuco, 2002.

CHAPLIN, D. **GEDs for teenagers**: are there unintended consequences? Urban Institute, 1999.

COURA, I. G. M.; DE ARAÚJO, W. J. A **Educação a distância como possibilidade de formação dos sujeitos da EJA**. 2010.

CUNHA, S. B., GUERRA, A. J. T. (orgs.), **Impactos ambientais urbanos no Brasil**. 3.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

DIAS, G. F. **Educação ambiental**: princípios e práticas. 6.ed. São Paulo: Gaia, 2000.

FAUSTO, B. **A Revolução de 1930**: historiografia e história. São Paulo: Brasiliense, 1980.

FERREIRA, W. M.; OLIVEIRA FILHO, J. **Educação ambiental**: desenvolvendo cidadania. Curitiba, 2008.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

GADOTTI, M. Perspectivas atuais da educação. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.14, n.2, abr./jun. p. 3-11, 2005.

GALVÃO, A. M. de O.; SOARES, L. J. G. **Educação de Jovens e Adultos**: visões contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2006.

HECKMAN, J. J., HUMPHRIES, J. E., LAFONTAINE, P. A., RODRIGUEZ, P. L. Taking the easy way out: how the GED testing program induces students to drop out. **Journal of labor economics**, v. 30, n. 3, p. 495- 520, 2012.

IANNI, O. **Enigmas da modernidade-mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

JARDILINO, J. R. L.; ARAÚJO, R. M. B. de A. **Educação de Jovens e Adultos**: sujeitos saberes e práticas. São Paulo: Cortez, 2014.

NASCIMENTO, J. M. M.; FERNANDES, A. C. A evolução da Educação de Jovens e Adultos da perspectiva da Educação Ambiental: uma revisão de literatura. **RGSN - Revista Gestão, Sustentabilidade e Negócios**, Porto Alegre, número especial 1, p. 4-23, nov. 2023.

LILLARD, D. R. **Do general educational development certificate policies induce youth out of high school?** Cornell University, 2001.

REIGOTA, M. **A floresta e a escola**. São Paulo: Cartaz, 1998.

REIS, L. C.; MORAIS, M. A. C. **Educação Ambiental no Curso Técnico em Edificações do Proeja**: percepção dos alunos quanto a influencia da disciplina no seu comportamento ambiental. In: Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, 2010, Belo Horizonte - MG. ANAIS, 2010.

SANTOS, W. G. dos. **Cidadania e Justiça**: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

SODRÉ, N. W. **História da Burguesia Brasileira**. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

SOUSA, K. C.; CUNHA, N. da S. **Perfil dos Alunos de Educação de Jovens e Adultos de Teresina**. In: VI Encontro De Pesquisa Em Educação Da UFPI, 2010, Teresina. VI Encontro De Pesquisa Em Educação Da UFPI. Teresina: UFPI, 2010.